

AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA AGRÁRIA E DA AGROECOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: por uma educação humanizada

Flávia Pinheiro de Paula Martins¹
Fernando Rabello Paes de Andrade²

Resumo

O presente artigo discorre sobre as contribuições da Geografia Agrária e da Agroecologia na Educação do Campo, entendendo as três ciências como parte de uma formação social importante para a construção dos sujeitos do campo e dos movimentos sociais que estão em busca de uma melhor qualidade de vida e um sistema de produção igualitário e justo. A Educação do Campo resulta da luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária e valorização dos sujeitos, quebrando os antigos paradigmas da educação para a zona rural que se caracterizam pela não adequação de metodologias e interesses capitalistas. Desta forma, o ensino de Geografia e Agroecologia nas escolas do campo pretendem resgatar e cultivar a identidade desse povo, possibilitando-lhe uma melhor compreensão do lugar e do mundo onde vivem.

Palavras-chave: Educação; Ensino; Educação do Campo

Introdução

A discussão em torno da educação do meio rural, atualmente denominada de Educação do Campo, remete ao problema da alfabetização da população rural e ao direito de que ela seja no campo e do campo. No campo porque o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; e do campo porque a educação deve ser pensada desde o lugar e com a participação do povo, vinculada à sua cultura e às suas necessidades (CALDART, 2004).

A proposta de uma Educação do Campo e de um ensino interdisciplinar, no caso com enfoque em Geografia Agrária e Agroecologia voltada aos movimentos sociais, surgiu através das contradições sociais de um capitalismo em seu desenvolvimento desigual e contraditório que recria, diferencia o campesinato não possibilitando discutir perspectivas de superação da insustentabilidade e desigualdades geradas pelo agronegócio no campo. A relação entre as ciências é capaz de contribuir de forma significativa para a formação política e crítica do homem e da mulher do campo, bem como o entendimento das relações sociais e espaciais que acontecem no cotidiano das comunidades rurais. É importante permitir ao sujeito do campo que ele questione, critique e compreenda o seu lugar no contexto global de frequentes mudanças.

¹Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral; flav.martins@hotmail.com

²Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral; fernando.rabello.paes@gmail.com

A Educação do Campo deve ser entendida de modo a suprir as necessidades da população rural, pensando nas práticas cotidianas que entendem o campo como ambiente social, respeitando as limitações do meio físico na preservação do espaço, para que seja possível a valorização do meio a partir da produção de diversos gêneros alimentícios em pequenas propriedades, preocupando-se com o mercado interno e a não utilização de agrotóxicos nem sementes modificadas, permitindo a soberania alimentar, conscientização do sujeito e valorização social, cultural, econômica e principalmente educacional a partir de sua realidade, desta forma, essa educação é incompatível com a agricultura capitalista, já que são ideologias distintas em que uma defende os interesses do povo do campo e a outra vive da exclusão e exploração do mesmo.

Em síntese, neste trabalho analisaremos as potencialidades da Geografia Agrária e da Agroecologia para a Educação do Campo e a formação educacional, social e consequentemente política dos sujeitos, possibilitando a reflexão em busca de melhores condições de vida e trabalho, a favor de uma educação de qualidade e que permita a todos os homens e mulheres do campo perceber que é possível que eles próprios, sujeitos oprimidos, desenvolvam a capacidade de realizar uma leitura crítica da realidade, questionando o que está posto e percebendo-se como autores e autoras de uma determinada história e cultura.

Metodologia

A metodologia da pesquisa consistiu de uma revisão de natureza bibliográfica realizada em bases de dados científicas utilizando como palavras-chave “Geografia Agrária”; “Agroecologia” e “Educação do Campo”, que são os temas dessa pesquisa. A análise consistiu em, primeiramente, levantar e relacionar a temática *educação* entre as três ciências – como, por exemplo, os caminhos e descaminhos da Educação do Campo, a Geografia no contexto da educação e os movimentos populares ligados à Agroecologia – e, num segundo momento, avaliar e discutir essa relação. Pretende-se, futuramente, contribuir para a criação de um material que fortaleça as mudanças que devem ocorrer no sistema de ensino voltado ao campo e que é também causa de luta dos movimentos sociais, tendo como intencionalidade a elaboração de um trabalho que contribua para a formação de sujeitos que percebam criticamente as escolhas e premissas socialmente aceitas e que sejam capazes de formular alternativas de um projeto de vida capaz de garantir seus anseios e necessidades.

As contribuições da Geografia Agrária e da Agroecologia na Educação do Campo

A conquista da terra não será suficiente se não vier acompanhada de uma educação voltada para os interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular. A importância desse debate aumenta na medida em que, nos últimos anos, tem se fortalecido, mais nos movimentos sociais, sindicais e nas pautas governamentais, a discussão sobre a necessidade de se construir uma educação específica para aqueles que vivem e trabalham no campo, ou seja, uma Educação do Campo. Desta forma, as ciências devem condizer com e contribuir para a realidade dos sujeitos, papel que a Agroecologia e a Geografia Agrária assumem.

A realidade brasileira há muito tempo apresenta fortes desigualdades, principalmente nos aspectos econômicos e sociais, refletindo em uma sociedade injusta e cheia de problemas que parecem difíceis de solucionar, resultantes da dominação econômica e da hegemonia cultural capitalista, contribuindo para o atraso na qualidade de vida da população camponesa e a negação dos seus direitos.

Relacionado a tal tema, Alves (2008) diz:

A educação do campo busca a quebra de antigos paradigmas da educação para a zona rural, esta caracterizada pela não preocupação com metodologias adequadas à população do campo e voltadas simplesmente aos interesses capitalistas, capacitando essa população para o trabalho na agricultura e excludente. Busca-se, assim, acabar com o estigma histórico que se implantou no cenário da educação no meio rural brasileiro, associado à má qualidade do ensino, ao atraso dos alunos e à precariedade das escolas rurais (ALVES, 2008:4).

Juntamente com a luta dos movimentos sociais do campo, a Educação do Campo se fortalece a cada dia nesse contexto na proposta de valorizar e priorizar os sujeitos do campo, na busca pela melhoria da qualidade de vida da população, através da oferta de um ensino que vincule educação ao direito como instrumento para formação cidadã, sem perder sua identidade e cultura.

A Educação do Campo é uma das formas de reconhecimento dos direitos dos povos do campo, no sentido de terem uma educação diferenciada, inovadora e ao mesmo tempo crítica. Nesse sentido, Pinheiro (2011) afirma que:

A educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros (PINHEIRO, 2011:11).

A Educação do Campo é capaz de recriar o próprio lugar, porque através dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas relacionados à terra, fortalecendo a identidade dos sujeitos na luta e em luta pela sua identidade social e por reconhecimento político, econômico e científico (MUNARIM, 2011). A necessidade e a proposta educacional deve ter como princípio norteador uma pedagogia condizente com a luta emancipatória travada pelos movimentos socioterritoriais camponeses, tornando possível relacionar e ter como “aliada” as outras ciências em sua formação e valorização. A respeito desse assunto Camacho (2011), afirma:

Esta educação, não pode ser uma educação desconectada à realidade, mas interligada aos processos de produção e reprodução material e simbólica da classe camponesa. Por isso, há necessidade de que esta educação seja construída sobre marcos emancipatórios propostos pelos movimentos socioterritoriais camponeses. Esta educação tem que estar ligada a uma pedagogia emancipatória/libertadora que faz oposição à educação neoliberal e urbanizada praticada, até então, no campo e na cidade (CAMACHO, 2011:26).

Uma de suas influências principais é a pedagogia liberadora de Paulo Freire, que oferece os princípios fundamentais da proposta de Educação do Campo dos movimentos socioterritoriais camponeses.

O pensamento, através dos escritos e práticas deixadas pelo educador Paulo Freire, enriquecem o debate e nos permite uma análise comprometida com uma mudança social na valorização da Educação do Campo, em prol de um cenário com maior justiça social no campo. Desta forma, três elementos possibilitam o diálogo entre Freire e Educação do Campo: a dimensão política da educabilidade, a cultura popular enquanto aspecto emancipatório e os vínculos afetivos como princípios que unem os trabalhadores camponeses organizados nos movimentos sociais. Paulo Freire (1989) contribui:

O mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a toma-lo como um que-fazer puro, em que nos engajamos a serviço da humanidade entendida como uma abstração, é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática “astuta” e outra crítica. Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza

política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei, uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa. (FREIRE, 1989:15)

Desta forma podemos afirmar que a Educação é o elemento relevante na transformação social e com a Educação do Campo há uma nova valorização nas lutas populares; igualmente é correto entender que a dimensão política, numa perspectiva que se estruture na conscientização através da “cultura do possível” e se concretize enquanto potencialidade de uma construção coletiva, já que: “O futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo.” (FREIRE, 2000:27).

Ligado a esses princípios, e à formação humanizada, que é o propósito da educação e um direito dos povos do campo, encontramos na obra da Munarim (2011) reflexões tais como:

A formação humana é todo o processo educativo que possibilita ao sujeito constituir-se enquanto ser social responsável e livre capaz de refletir sobre sua atividade, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de cooperar e de relacionar-se eticamente, porque não desaparece nas suas relações com o outro. Portanto, a educação como formação humana é também uma ação cultural (MUNARIM, 2011:11).

É necessário considerar o processo de produção do sujeito do campo, valorizando os conhecimentos prévios práticos adquiridos através de suas experiências, relações sociais e tradições históricas que esse aluno vivencia ao longo de sua vida e um dos principais elementos que dão solidez à prática da Educação do Campo é o envolvimento com a comunidade. Sobre isso Santos (2015) reflete:

A especificidade da educação do campo rompe com a ideia de que a escola, no campo, deve se constituir como uma extensão ou um apêndice das escolas urbanas, com as mesmas regras, é preciso considerar especificidades distintas nesse conceito de educação (SANTOS, 2015:3).

Contribuição da Geografia Agrária na educação do Campo

É necessário perceber que as escolas rurais e urbanas possuem muitas semelhanças e com isso torna-se necessário que cada uma entenda sua importância e suas necessidades para que assim possa ser obtido algo em comum.

Enquanto ciência que também contribui para o entendimento do mundo, a Geografia procura pensar e refletir a sua importância em meio à sociedade em constante transformação. Relacionado à Geografia escolar, Cavalcanti (2009) afirma:

A Geografia escolar tem procurado pensar o seu papel nessa sociedade em mudança, indicando novos conteúdos, reafirmando outros, questionando os métodos convencionais, postulando novos. Diante dessas mudanças, é importante considerar que o ensino de Geografia hoje perpassa pela inter, trans e multidisciplinaridade. É importante investigar o ensino de geografia no contexto atual, o papel do Estado e as políticas públicas para o ensino no campo, contribuindo dessa forma para a construção de um ensino voltado para a cidadania do sujeito do campo (CAVALCANTI, 2009:1).

Considerando que a ciência geográfica passou e passa ainda por muitos processos evolutivos na educação, principalmente de uma Geografia tradicional voltada apenas aos conceitos definitivos em que os diversos materiais didáticos forneciam informações que não tinham nenhuma ligação entre aspectos naturais e sociais, a preocupação do ensino era somente conhecer, ou melhor, “decorar” dados estatísticos; e diante dessa consideração ficava claro que os conteúdos adotados não tinham perspectivas críticas – e sim apenas técnicas – e sem argumentação, gerando uma separação dos saberes entre Geografia Humana e Geografia Física, com uma visão equivocada e ideias dicotomizadas.

Confrontando com esse pensamento, surge uma Nova Geografia ou Geografia Crítica onde as ideias são alicerçadas e há um estudo crítico da sociedade e suas relações, especialmente na análise de classes, mostrando que hoje é preciso mesclar conceitos e correntes de pensamento, já que vivemos em um mundo globalizado onde cada vez mais as informações têm fundamental importância. Desta forma, a Geografia e o seu ensino deve ser desenvolvida de forma dinâmica com outras ciências para que haja um entendimento real dos acontecimentos, ou seja, uma leitura das entrelinhas dos fatos que ocorrem, desde questões naturais até conflitos sociais.

A partir do conceito de multidisciplinaridade, que ocorre quando há mais de uma área de conhecimento em um determinado projeto ou propósito, mas cada uma destas disciplinas mantém seus métodos e teorias em perspectiva. Na ideia de interdisciplinaridade, há mais de uma disciplina que se unem em um projeto comum, com um planejamento que as relacione e, durante o processo, estas áreas trocam conhecimentos e, assim, se enriquece ainda mais as possibilidades. Como resultado, há um novo saber, menos fragmentado e mais dinâmico, dando mais significado à experiência escolar. Por último, temos a transdisciplinaridade,

defendida por muitos filósofos e pensadores, que diz respeito a um nível superior e complexo de integração contínua e ininterrupta dos conhecimentos, como os conhecemos hoje. Neste caso, não há mais disciplinas segmentadas, mas o propósito da vida e do conhecimento é a relação dos diversos saberes, sendo que nenhum é mais importante que o outro. Consideramos os dois últimos conceitos citados os mais adequados para se trabalhar dentro da escola, porém, a questão da interdisciplinaridade se torna mais viável para nós, pois, acreditamos que seja necessário que os alunos entendam e vejam as contribuições que cada ciência têm com a outra e desta forma para poder agir de forma crítica, entendendo o mundo e suas complexidades.

Essas contribuições nos trazem elementos que, ligados à Geografia Agrária, proporcionam aos educandos pensarem as relações socioespaciais e suas contradições de classes, inerentes à sua realidade, buscando uma educação emancipatória que respeita e valoriza a cultura e a realidade de cada um; tornando-se, dessa forma, uma ciência que se propõe libertadora, sendo possível o diálogo entre o conhecimento científico acadêmico e o conhecimento trazido pela comunidade rural, rompendo com o ensino de Geografia da forma como é feito tradicionalmente nas escolas que, de acordo com Camacho (2011:27), “durante muito tempo, servia apenas para transmitir listas de informações descontextualizadas e passíveis de esquecimento”.

A Geografia vem se renovando metodologicamente nas últimas décadas, ainda que tal renovação não ocorra de forma homogênea em todo o território brasileiro, principalmente na rede de ensino. Porém, fica claro que o ensino de Geografia deve considerar as diferentes realidades e, de forma crítica, questioná-las para que assim se possa compreendê-la, a partir das experiências, do lugar e do entendimento prévio dos alunos, fator importante para a compreensão das escalas sociais, culturais e econômicas dos espaços geográficos, entendendo os fatores históricos da sociedade com seus conflitos e contradições.

A partir desse esclarecimento é que podemos afirmar que a Geografia pode contribuir para a Educação do Campo, pois o ambiente rural não é limitado ao local da sala de aula, por que a paisagem que possui ao seu redor facilita ao professor vivenciar com seus alunos a paisagem do campo, através do conteúdo de sala de aula, e as demandas do trabalho do campo, já que, de acordo com Santos (1994:19), "o lugar é o ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, locais e globais", despertando no aluno o interesse de comparar, desvendar e elaborar novas indagações sobre o mundo. A respeito da questão do território,

reconhecimento do lugar que o sujeito está inserido, Moura (2009 p.13) também contribui para a reflexão:

Para uma melhor compreensão do problema, parte-se para a análise de uma categoria espacial: o lugar. É por meio da compreensão e do conhecimento do lugar, que os educadores das escolas rurais poderão compor suas práticas educativas, de forma a respeitá-las e aprender sobre os saberes sociais das comunidades envolvidas (MOURA, 2009:13).

Contribuição da Agroecologia na Educação do Campo

O modelo de produção adotado atualmente é reflexo da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, sendo pregado que através da ciência e do avanço tecnológico as sociedades poderiam alcançar a civilização; através das técnicas e máquinas, entendidas como um progresso da humanidade, colocando o homem como o centro do universo e por consequência distanciando a sociedade da natureza.

Esse rompimento, segundo Silva (2012:1), "provocou a exploração desgovernada dos recursos naturais. Novos valores e atitudes foram estabelecidos na relação homem/natureza". Desta forma, o ideal de produção agrícola do modelo convencional baseia-se na ação de que a natureza deve ser dominada e seus recursos disponibilizados exclusivamente em prol do homem.

A agricultura convencional tem suas bases nos princípios da Revolução Verde, movimento que pregava o aumento da produção e da produtividade das atividades do campo através da propagação do uso das máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas para todos os cantos do planeta. Com essa nova concepção de produção, as criações tradicionais e a rotação de culturas foram substituídos por sistemas simplificados na forma de monoculturas e que, segundo Silva (2012:2), "para o desenvolvimento dessa política várias técnicas agrícolas foram adotadas como o cultivo de intensivo do solo, monocultura, aplicação de fertilizantes sintéticos, controle químico de pragas e manipulação de genomas de plantas".

Com a força dos movimentos sociais, a Agroecologia surge da necessidade de um novo sistema de produção sustentável que reestabeleça as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais e educacionais em consonância com as demandas das famílias que vivem e trabalham no campo. Ao se referir a essa ciência, que tem como foco os agroecossistemas, Altieri (2004) assim a descreve:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2004:23)

Caporal e Costabeber (2004), refletindo sobre Agroecologia como novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável, destacam dois aspectos para a educação e a comunicação: a nova ciência propõe uma prática educativa baseada em metodologias participativas que permitem a reconstrução histórica das trajetórias de vida e a relação das comunidades com o meio ambiente.

Desta forma, a Agroecologia colabora com a Educação do Campo reconectando o ser humano e a natureza, representando uma contribuição importante no processo educacional, que se estabelece num método em que os agricultores e agricultoras camponeses e camponesas são sujeitos centrais, tendo como foco a transformação baseada na valorização da cultura, dos valores e do trabalho dessa população que vive no campo.

Resultados e discussão

As políticas adotadas pela educação nacional têm se constituído apenas para os meios educacionais urbanizados e pouco preocupadas com e voltadas à identidade dos trabalhadores rurais. A Educação do Campo, juntamente com a contribuição de disciplinas de caráter interdisciplinar como a Geografia Agrária e a Agroecologia, pode promover a formação voltada para as necessidades da agricultura familiar, privilegiando modelos sustentáveis e que se baseiem em modelos participativos que integrem escola, família e comunidade.

Através dessa interligação de saberes, o aluno e a aluna da Educação do Campo terá o conhecimento global da realidade, sendo capaz de lidar com as dificuldades, construindo novas bases tecnológicas que venham a garantir a construção de um projeto de produção agrícola voltado para o sistema ambientalmente adequado. A educação, através de projetos inovadores, contextualizados e interdisciplinares, pode contribuir significativamente para a construção de valores e atitudes destinados ao homem rural que, a partir destes conhecimentos aprenderão a amar e viver do e no campo, colocado em prática o que for aprendido na escola e ao longo de sua vida no lugar- ao qual pertence.

A escola e a comunidade poderão, através de práticas agroecológicas, propor uma reflexão para modificar as ações danosas ao meio ambiente. Todas essas ciências são essenciais na transição do modelo atual para um que seja sustentável, capaz de se apresentar como uma grande oportunidade na composição de um projeto de Educação do Campo na medida em que possibilita a elaboração e a vivência do conceito de produção, o desenvolvimento de conhecimentos contextualizados com as práticas produtivas e culturais, valorizando a identidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Através do presente estudo, temos como resultado a noção de que, devido à realidade vivida pelo país, a luta e as discussões dos movimentos sociais do campo se tornam diárias e conquistadas dia após dia, deixando claro também que, apesar de haver proximidade entre as ciências, muitos dos pontos em comum carecem de uma maior aproximação, um maior – aprofundamento.

Esperamos que o trabalho contribua para o avanço das ciências e para possíveis mudanças na formação do homem e da mulher do campo, no sentido de que se apoderem de seus direitos e das políticas públicas condizentes com a sua realidade, incentivando e dando força às propostas de desenvolvimento rural que não excluam ou desqualifiquem sua luta. Estas considerações são apenas uma parte do processo de construção do conhecimento. Esperamos outras colaborações efetivas que, de forma articulada, deem continuidade ao debate. Salientamos desde já, no entanto, o quão importante é a Educação do Campo, se tornando cada dia mais sólida e caminhando para um futuro reconhecido através dos movimentos populares.

Referências Bibliográficas

ALVES, Wellington Galvão. **O ensino de geografia nas escolas do campo: reflexões e propostas.** Revista da casa da Geografia de sobral, v.10, n.1, p.79-91, 2008.

CALDART, Roseli Salette. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M.S.A. de. (Org). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do campo”, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios,** Brasília:MDA/SAF/DATER-IICA, 2004, 24p.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A geografia no contexto da educação do campo: construindo o conhecimento geográfico com os movimentos camponeses. **Revista Percurso – NEMO**, v. 3, n. 2, pp. 25-40, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Saberes e práticas de professores de geografia referentes ao conteúdo cidade no cotidiano escolar**. Porto Alegre, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Editora Unesp, 2000

MOURA, Edinara Alves. **Lugar, saberes e educação do campo**: O caso da escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira- Distrito de São Valentim, Santa Maria, RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

MUNARIM, Antônio. Educação na Reforma Agrária: gênese da Educação do Campo no Brasil. In: FATAEMG, **Educação do campo**: rompendo cercas, construindo caminhos, 2º ed., 2011.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. **Cadernos ANPAE**, Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007. (Anais)

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, José Ozildo. **Educação no Campo**: Desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação e Saúde – REBES. ISSN 2358-2391. Pombal-PB, Brasil. V.5, n.3, p.59-65, jul-set. 2015.